

ARTIGOS – POLÍTICAS PÚBLICAS/Educação Profissional

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM MATO GROSSO: pandemia e seus desafios na Rede Federal

YOUTH AND ADULT EDUCATION IN MATO GROSSO: pandemic and its challenges in the Federal Network

Hélcio de Souza Júnior¹
Leonam Lauro Nunes da Silva²
José Vinicius da Costa Filho³

RESUMO: Com o surgimento da pandemia da Covid-19, e suas medidas de contingenciamento, principalmente o distanciamento social, fizeram com que as atividades de ensino presenciais fossem substituídas por tecnologias digitais e analógicas, trazendo consequências significativas para a EJA. Nesse cenário, este artigo tem o objetivo de refletir sobre o panorama da Educação de Jovens e Adultos (EJA), na Rede Federal de Mato Grosso, durante o início da pandemia, a partir da análise de indicadores da Plataforma Nilo Peçanha. A metodologia é quantitativa, com uso da ferramenta de estatística descritiva. Observou-se que mesmo com a melhora nos indicadores de evasão e ocupação, a eficiência acadêmica da EJA teve uma pequena piora nos índices e muitos fatores podem estar associados a essa redução.

PALAVRAS-CHAVE: EJA; Covid-19; Evasão; Eficácia.

ABSTRACT: This article aims to reflect on the panorama of Youth and Adult Education (EJA), in the Federal Network of Mato Grosso, during the beginning of the pandemic, from the analysis of indicators from the Nilo Peçanha Platform. With the onset of the Covid-19 pandemic, and its contingency measures, especially social distancing, face-to-face teaching activities were replaced by digital and analog technologies, bringing significant consequences for EJA. It was observed that even with the improvement in the dropout and occupation indicators, the academic efficiency of EJA had a small deterioration in the indexes and many factors are associated with this reduction.

KEYWORDS: EJA; Covid-19; Efficiency; Evasion.

INTRODUÇÃO

¹Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica da Rede Federal (ProfEPT). Enfermeiro do Instituto Federal de Educação de Mato Grosso Campus Campo Novo do Parecis.

²Professor Doutor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Campus Cuiabá - cel. Octayde Jorge da Silva.

³Professor Doutor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Campus Cuiabá - cel. Octayde Jorge da Silva.

No final de 2019, na China, surgiram vários casos de doença respiratória, sendo identificado um novo coronavírus como agente etiológico, denominado SARS-Cov-2, responsável pela doença Covid-19. Devido às altas taxas de infectabilidade, a Organização Mundial de Saúde (OMS), declarou em março de 2020, a doença como uma pandemia (OMS, 2020).

Nesse momento, diversas condutas foram adotadas nos países pelo mundo e, no Brasil, não foi diferente, sendo postas várias medidas restritivas e de distanciamento social, com a finalidade de evitar a propagação da doença. Na educação, os esforços para manter um ensino de qualidade foram enormes. O Ministério da Educação disponibilizou um Monitoramento das Instituições Federais de Ensino durante a Pandemia (BRASIL, 2020a). Assim sendo, o Instituto Federal de Mato Grosso elaborou ações e estratégias para o ensino remoto.

Com a mudança da forma de ensino, ocasionada pelas medidas de contingência, a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentou as maiores consequências para o seu funcionamento, isso devido vários fatores, conforme diversas publicações de estudos sobre essa temática.

A EJA tem como finalidade oportunizar um desenvolvimento integral da pessoa, visando uma formação formal e, no caso os Institutos Federais, também uma educação profissional, para os que não concluíram o ensino na idade apropriada (BRASIL, 2006).

Com base nos esclarecimentos anteriores, o presente artigo tem o objetivo de refletir sobre o panorama da EJA, na Rede Federal de Mato Grosso, durante o início da pandemia, a partir da análise de indicadores da Plataforma Nilo Peçanha (PNP). A metodologia é quantitativa, com uso de estatística descritiva, conforme delineado a seguir.

METODOLOGIA

Para a realização deste artigo, os recursos metodológicos utilizados foram a abordagem quantitativa, pois, conforme relatam Prodanov e Freitas (2013), essa abordagem investiga os dados estatísticos para apurar a situação problemática, com o objetivo descritivo de analisar a evasão, a eficácia e a ocupação da EJA, na Rede Federal de Mato Grosso. Em relação aos procedimentos utilizados, trata-se de uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto, e a coleta de dados quantitativos nos materiais divulgados na Plataforma Nilo Peçanha (PNP), ambiente virtual de divulgação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).

Essa Plataforma foi lançada em 2018 (BRASIL, 2018), com a finalidade de informar os dados estatísticos das instituições de ensino ligadas à RFEPCT, e atualizada por informações de outros sistemas: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE); Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI); Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) e o Formulário para Informações sobre Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (FORMICT) do Brasil.

Assim, pesquisou-se no Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), da Rede Federal de Mato Grosso, os seguintes indicadores acadêmicos na plataforma: taxa de evasão, taxa de ocupação e eficiência acadêmica. Tomou-se como base, os relatórios de 2020 (ano-base 2019), anterior a pandemia, e de 2021 (ano-base 2020),

início da pandemia, ou seja, foram contrastados um ano não acometido pela pandemia (2020) e outro em que a pandemia já tinha repercutido seus efeitos (2021).

DESENVOLVIMENTO: A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (RFEPCT) E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A partir de 29 de dezembro de 2008, com a Lei nº 11.892, foi instituído a RFEPCT no Brasil, abrangendo as escolas integrantes do sistema nacional com as instituições federais de ensino, visando uma expansão em todo território nacional, da educação profissional técnica e superior.

Os Institutos Federais de Educação, integrantes da Rede Federal, são instituições autárquicas de educação, e a principal finalidade de suas criações são oferecer Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, propondo uma formação humana e integral, desde o ensino básico até o superior, assim como, a Educação de Jovens e Adultos (SANTOS; SANTOS, 2014).

Isso também é relatado por Frigotto e Ciavatta (2005, p. 39):

[...] a necessidade de a educação profissional, em todos os seus níveis, estar integrada à educação básica de forma a complementá-la e nunca a substituir, considerando-se a situação atual dos trabalhadores brasileiros, jovens e adultos, que apresentam, em sua maioria, baixos índices de escolaridade formal e desempenho escolar [...]

Podemos observar, nas políticas públicas voltadas para a formação de jovens e adultos, como o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, de acordo com o Decreto nº 5.840/2006, articulando uma educação geral e formação profissional, visando um desenvolvimento integral do indivíduo (BRASIL, 2006).

Este Decreto estabelecia que 10% das vagas das instituições federais de educação básica profissional teriam que ser reservadas para o PROEJA, e a partir de 2017, essas vagas deveriam ser ampliadas. Assim como, previa a expansão articulada com outros entes públicos (municipal e estadual) para a oferta de ensino (MOLL *et al*, 2010).

No entanto, observa-se que no Brasil a responsabilidade pelo Ensino Básico, tanto quanto, a Educação Profissional, não está sendo exercida, muito em virtude do modo de produção em vigor no país. E que a inserção desse sujeito como um indivíduo produtivo é dificultada, devido a exclusão do acesso e permanência na escola, em virtude das diferenças e desigualdades sociais presente na educação da juventude (MOLL *et al*, 2010).

De acordo com Silva (2017), o PROEJA deveria organizar a educação formal com a Educação Profissional para esses indivíduos, proporcionando conhecimentos necessários para uma formação, preparando-os para a inserção no mundo do trabalho. Como podemos observar, em Frigotto e Ciavatta (2005, p. 85):

[...] Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos.

O significado de currículo no PROEJA prevê uma identificação do indivíduo trabalhador ou que deseja trabalhar, como uma pessoa de “desordem”, que somente aprendem em sala, com a participação do professor, que não possuem conhecimento, e somente os repassados pela escola são importantes (MOLL et al, 2010). Santos (2008) afirma que o currículo não é de EJA, muito menos de Educação Profissional, mas voltado para os trabalhadores ou os que querem trabalhar, mas sem perspectiva de acesso e permanência na chamada escola regular.

O PROEJA é um objeto de interesse na agenda de pesquisa da política pública de educação, sendo diversos os esforços que buscam elucidar as várias nuances dessa iniciativa (PEREIRA, 2011; ARAÚJO, 2012; CREMONESE, 2012), inclusive com pesquisas que tratam diretamente da experiência do IFMT com o programa de interesse (AZEVEDO, LIMA, 2011; BITTENCOURT, ALBERTO E SANTOS, 2019; COSTA FILHO et al, 2021). Dessa forma, o presente artigo é mais uma contribuição analítica para o tema ao analisar o PROEJA em um contexto específico de crise sanitária que afetou e continua a afetar o mundo todo.

Pandemia e o Ensino Remoto

Com o surgimento da pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, comumente denominada de Covid-19, e suas medidas de contingenciamento (principalmente o distanciamento social), as atividades de ensino presenciais foram substituídas por tecnologias digitais e analógicas. Utilizou-se várias nomenclaturas, pouco usuais até então, para se referir a essa forma de processo ensino-aprendizagem resultante da crise sanitária, tais como: ensino remoto, ensino híbrido, encontros assíncronos e outros.

Em virtude desse fenômeno, em abril de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) emitiu o parecer nº 05, permitindo a reorganização do calendário escolar, autorizando as atividades de ensino não presenciais para execução da carga horária anual. Em relação ao EJA, as instituições de ensino deveriam ponderar as particularidades desses indivíduos, na preparação do tipo de metodologia para as atividades de ensino, visando também, um processo de ensino aprendizagem para o mundo do trabalho (BRASIL, 2020b). Como afirma Moll *et al* (2010, p. 114):

Do ponto de vista da educação, a formação profissional pode ser tratada sob dupla perspectiva: formação profissional na concepção de educação continuada para a readaptação, reciclagem e aperfeiçoamento permanente “imediatamente” vinculada ao mundo do trabalho e a formação profissional na concepção da educação técnica, política e cultural da força de trabalho na perspectiva do desenvolvimento pessoal e social “mediatamente” vinculada ao mundo do trabalho.

Em agosto de 2020, foi publicada a Lei nº 14.040, instituindo procedimentos educacionais para serem aplicados durante o período de pandemia e estado de calamidade pública, momento em que as atividades de ensino não presenciais poderiam ser utilizadas, por meio de metodologias digitais (BRASIL, 2020c).

Essa suspensão das atividades presenciais para atividades não presenciais, ensino remoto, fizeram com que as instituições de ensino adaptassem suas práticas pedagógicas e formas de interação e comunicação com os estudantes. Antes desse fenômeno ocorrer, Assef Mendes *et al* (2008) já indicava que a prática docente deve

observar as mudanças ocorridas no contexto ambiental e cultural, refletindo sobre isso para que sua prática produza uma organização, a partir dessa realidade.

Ainda no período da pandemia, profissionais e gestores da educação, assim como a sociedade civil, passaram a discutir questões sobre o ensino remoto, prática docente, retorno das atividades presenciais, segurança alimentar dos alunos e as condições socioeconômicas das famílias da comunidade escolar (NICODEMOS; SERRAS, 2020).

Esse contexto de insegurança, marcado por demandas emergentes advindas da crise sanitária relatada acima, bem como pelo esforço em achar soluções a essas “novas” demandas, afetou e continua a afetar atualmente a educação mundial.

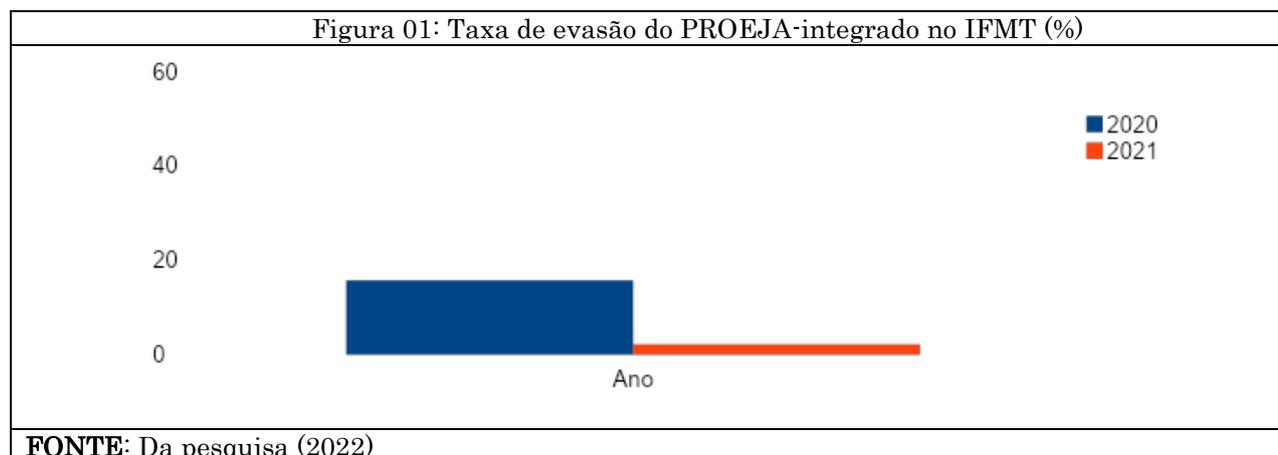
Os Indicadores Acadêmicos da EJA na Rede Federal de Mato Grosso

O ensino remoto no período da pandemia foi um grande desafio para os alunos em geral, ganhando contornos mais preocupantes para os da EJA que são indivíduos marcados por fragilidades na sua trajetória educacional. Assim, os dados referentes aos indicadores acadêmicos da EJA, na Rede Federal de Mato Grosso, foram coletados na Plataforma Nilo Peçanha, propriamente: a taxa de evasão, a eficiência acadêmica e a taxa de ocupação. Buscou-se realizar uma comparação entre os relatórios de 2020 (ano-base 2019) e 2021 (ano-base 2020).

Referente a taxa de evasão em Mato Grosso, em relação ao PROEJA-integrado, a Figura 01 demonstra que no relatório de 2020 a taxa foi de 15,65%, sendo 115 matrículas e 18 evadidos, já no relatório de 2021 possui uma taxa de 2,11%, sendo 95 matrículas e 2 evadidos. Portanto, a taxa de evasão nesse período diminuiu.

Interessante notar que a evasão é um problema recorrente dessa política pública (ARAÚJO, 2012; ;BITTENCOURT, ALBERTO E SANTOS, 2019; COSTA FILHO et al, 2021), contudo, nos anos analisados essa taxa diminuiu, que pode ter sido ocasionado por diversos fatores, como falta de alimentar o sistema, melhor ajuste do ensino remoto às necessidades do aluno, o distanciamento social pode possibilitar maior desprendimento ao estudo, entre outros. Assim, esse é um achado que precisa ser mais bem estudado pela agenda futura de pesquisa.

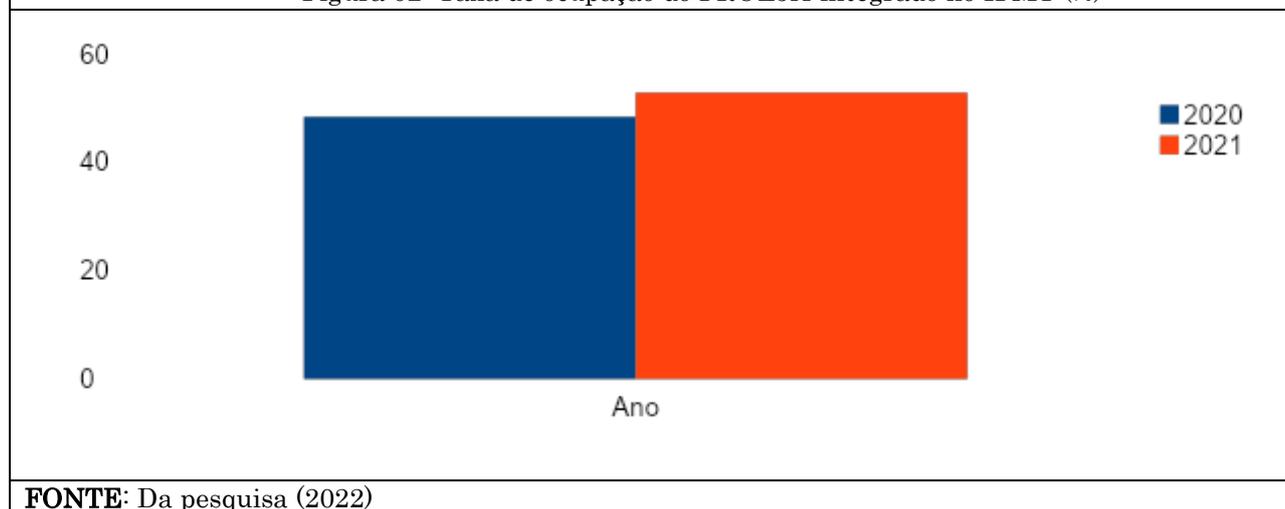
Figura 01: Taxa de evasão do PROEJA-integrado no IFMT (%)



Por sua vez, conforme a Figura 02, a taxa de ocupação do PROEJA-Integrado, no relatório de 2020, a taxa foi de 48,32%, portanto, de 238 vagas ofertadas existiam 115 matrículas vigentes, enquanto no relatório de 2021 a ocupação foi de 52,78%, logo, de 180 vagas ofertadas somente 95 matrículas se mostravam vigentes. No período

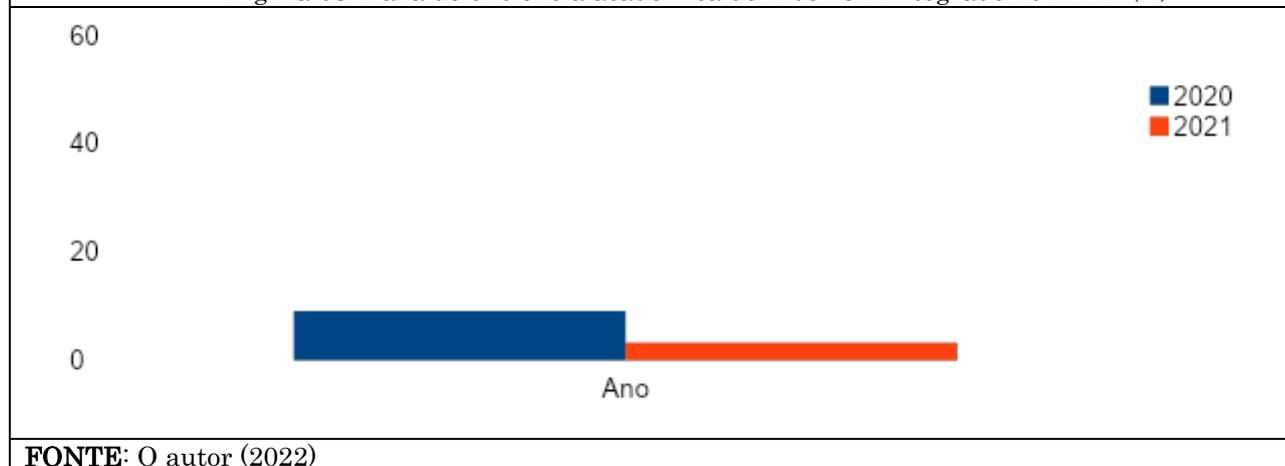
analisado, ocorreu uma redução do quantitativo de vagas e a taxa de ocupação apresentou um pequeno acréscimo. Mais uma vez, a pesquisa se depara com um achado, referente a taxa de ocupação, que destoia do retrato preocupante que o PROEJA apresenta no Brasil (ARAÚJO, 2012), devendo ser objeto de estudos futuros para melhor compreensão desses números.

Figura 02: Taxa de ocupação do PROEJA-integrado no IFMT (%)



Outro indicador de relevância para a análise da política pública de educação é o da eficiência acadêmica, por analisar o potencial da Rede Federal em atingir as metas e resultados do Plano Nacional de Educação (PNE), pois congrega o percentual de alunos concluintes, retidos e evadidos no final de cada ciclo (BRASIL, 2018). Como pode-se observar na Figura 03, no relatório de 2021, a taxa de eficiência acadêmica é de 53,2%, com a conclusão ciclo de 39,52%, evasão ciclo de 34,75% e retenção ciclo de 25,73%. Em relação ao relatório de 2020, observa-se uma taxa de eficiência de 56,3%, com a conclusão ciclo de 49,65%, evasão ciclo de 38,60% e retenção 11,75%. Com o início da pandemia, percebe-se uma queda na eficiência acadêmica em MT em todas as variáveis analisadas nesse indicador.

Figura 03: Taxa de eficiência acadêmica do PROEJA-integrado no IFMT (%)



Pesquisadores que estudam o tema (ARAÚJO, 2012; CREMONESE, 2012; BITTENCOURT, ALBERTO E SANTOS, 201; COSTA FILHO et al, 2021) apontam as

dificuldades do PROEJA no Brasil, bem como no próprio IFMT. Nessa perspectiva, a redução da eficiência acadêmica pode estar ligado a fatores intra e extra escolares, como por exemplo: problemas socioeconômicos que muitos alunos enfrentaram na pandemia, sendo necessário entrar para o mundo do trabalho; dificuldade para conciliar o trabalho com a escola; as questões familiares dos estudantes (FILHO; CARVALHO, 2019) e, também, possivelmente a falta de infraestrutura e planejamento de muitas escolas para esse início de ensino remoto, são elementos que podem ter ocasionado a queda observada nesse indicador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PROEJA faz parte de uma política pública idealizado o para que a RFEPCCT receba os jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de cursar a educação básica na idade apropriada, promovendo sua qualificação profissional (COSTA FILHO et al, 2021), contribuindo ao romper com a denominada educação pobre para os pobres, sendo fundamentada na integração de trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral (BRASIL, 2007).

Nessa perspectiva, este trabalho foi realizado com o objetivo de traçar um panorama da EJA na Rede Federal de Mato Grosso, a partir dos dados coletados na Plataforma Nilo Peçanha (PNP). Observou-se que mesmo com a melhora nos indicadores de evasão e ocupação, no período pesquisado, a eficiência acadêmica da EJA teve uma pequena piora nos números analisados.

Muitos fatores podem estar associados aos achados gerais da pesquisa que precisam ser mais bem estudados pela agenda futura da área, pois, de um lado constatou-se uma melhora em algumas taxas relevantes para a política pública de educação, de outro, vislumbrou-se uma piora no índice de eficiência do PROEJA-integrado no IFMT.

De todo modo, fica evidente a necessidade de fortalecer a implementação da política pública em questão para esse conjunto de indivíduos que já foram evadidos da escola em idade regular, possibilitando sua inclusão e permanência no sistema de ensino brasileiro.

Além disso, garantir investimentos da gestão pública na educação básica é fundamental para um ensino de qualidade e, também, assegurar o direito desses estudantes a uma educação pública, gratuita e de qualidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eliane de Jesus Melo. **Evasão no Proeja**: Estudo das causas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão/IFMA – Campus Monte Castelo. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012.

AZEVEDO, Clayte de Paula; LIMA, Ezilda Soares de. A evasão escolar no PROEJA do CEFET-MT: existência e visão. **Educação Profissional: Ciência e Tecnologia**, v. 4, n. 2, 2011.

ASSEF MENDES, L. L. S.; RAMOS, T. S.; PONTES, F. A. R.; REIS, D. C. DOS; SILVA, S. S. DA C.; SILVA, S. D. B. DA. A prática docente em uma escola ribeirinha na ilha do Marajó: um estudo preliminar em contexto naturalístico. **Educação**. v. 31, n. 1, p. 80-87, jan./abr. 2008.

BITTENCOURT, Nadir de Fátima Borges; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; SANTOS, Antonio Cezar da Costa. PROEJA no IFMT: possibilidades de inclusão ou exclusão? **Educação (UFSM)**, v. 44, n. e77, p. 1-20, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. 2006. Brasília DF: Casa Civil da Presidência da República.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento base – Programa de Integração da Educação Profissional técnica de nível médio ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA**. Brasília: SETEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coronavírus: **Monitoramento das Instituições de Ensino**. 2020a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE n. 05/2020**. Brasília: CNE MEC, 2020b.

BRASIL. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei n. 14.040, de 18 de agosto de 2020**. Brasília: CNE MEC, 2020c.

BRASIL. **Plataforma Nilo Peçanha**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2018.html>. Acesso em: 13 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/npn>. Acesso em: 13 ago. 2022.

COSTA FILHO, J. V. da. COSTA, J. V. da. GONÇALVES-COSTA, L. OLIVEIRA, A. S. de. Evasão do PROEJA: o caso do IFMT – Campus Cuiabá. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 15, e80942. Novembro de 2021.

CREMONESE, B. C. **Análise política do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA**. Dissertação (Mestrado Educação). Campinas/SP. UEC. 2012.

FILHO, P. D. S.; CARVALHO, M. A. D. Evasão escolar em cursos de educação profissional a distância: um levantamento de suas principais causas. **Brazilian Journal of Development**, 5(7), 7735-7746, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

MOLL, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

NICODEMOS, A.; SERRA, E. Educação de Jovens e Adultos em contexto pandêmico: entre o remoto e a invisibilidade nas políticas curriculares. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 3, p. 871-892, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol20iss3articles/nicodemos-serra.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2022.

OMS. **Organização Mundial de Saúde**. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/q-a-detail/q-a--coronaviruses>. Acesso em: 10/08/2022.

PEREIRA, J. V. **O PROEJA no Instituto Federal de Goiás – Campus Goiânia**: Um estudo sobre os fatores de acesso e permanência na escola. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Universidade FEEVALE, 2013.

SANTOS, D. S.; SANTOS, M. K. N. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo e o direito a uma escola pública de qualidade**: um estudo sobre o perfil dos jovens estudantes ingressantes no ensino médio técnico integrado. RBEPT, 1(7), 115-124. 2014.

SANTOS, S. V. **Possibilidades para EJA, possibilidades para Educação Profissional: o PROEJA**. In anais da 31ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 2008. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT18-4024-Int.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2022.

SILVA, J. M. N. **Políticas públicas e gestão para o/no PROEJA**: epistemologia ou empiria nos TCC da especialização PROEJA no CEFET-RN. In N. J. M., & A. L. S. 2017.